



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Escola de Administração da UFBA
Núcleo de Pós-Graduação em Administração – NPGA.



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS E GESTÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA – III CEGESP

**INGRESSO, PERMANÊNCIA E SAÍDA: ANÁLISE SOBRE O
PROCESSO DE TRABALHO POLICIAL.**

**André Luiz Sacramento da Silva, Patrícia Gomes Rosas,
Sérgio Antônio Cruz Silva**



PROGESP

*Programa de Estudos, Pesquisas & Formação Em Políticas & Gestão de Segurança Pública -
PROGESP*

**REDE NACIONAL DE ALTOS ESTUDOS EM SEGURANÇA PÚBLICA-
RENAESP/SENASP/MJ**



INGRESSO, PERMANÊNCIA E SAÍDA: ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE TRABALHO POLICIAL.¹

ENTRY, STAY AND DEPARTURE: REVIEW ON THE PROCESS OF POLICE WORK

André Luiz Sacramento da Silva²
Patrícia Gomes Rosas³
Sérgio Antônio Cruz Silva⁴

RESUMO

Este artigo teve como principal objeto de estudo conhecer as condições de ingresso, permanência e saída, além da análise sobre o processo de trabalho policial e a segurança pública sob a ótica dos PMs. Sua abordagem tem foco na classe Praças, compreendidos aqui como Sargentos e Soldados PM que trabalham em três bairros populares da cidade do Salvador, considerados os mais violentos: o Bairro da Paz, a Liberdade e Tancredo Neves. Inicialmente o trabalho procura justificar as implicações da atividade policial e sua importância nos processos sociais e como a criação de uma cultura de gestão de pessoas e de carreiras gera áreas de oportunidade na organização PM. Com efeito, alguns aspectos impedem o bom desempenho dos policiais militares, para citar alguns, o trabalho repetitivo e exaustivo, o medo de atuar e decidir, a baixa qualificação. A polícia, ao longo do tempo, perdeu a capacidade de proteger o cidadão. O quadro se agrava com a constatação da incapacidade dessa polícia em controlar ou diminuir as ondas de violência que transformou a vida cotidiana brasileira numa verdadeira guerra civil. O surgimento de um território da violência acontece, principalmente pela ausência do Estado e de políticas públicas para melhoria da condição de vida da população, que é excluída socialmente e abandonada na periferia das cidades.

Palavras-Chave: Segurança Pública. Trabalho policial. Território da violência.

ABSTRACT

This article has as main object of study to know the conditions of entry, stay and departure, as well as analysis on the process of police work and public safety from the perspective of PMs. His approach focuses on class Squares, understood here as PM sergeants and soldiers who work in three popular neighborhoods in Salvador, considered the most violent: the District of Peace, Freedom and Tancredo Neves. Initially, the work seeks to justify the implications of police activity and its importance in social processes and the creation of a culture of people management and career generates areas of opportunity in the organization PM. Indeed, some aspects impede the smooth performance of the military police, to name a few, repetitive work and exhausting, fear to act and decide, the low qualification. The police, over time, lost the ability to protect the citizen. The condition worsens with the finding of the inability of police to control or reduce the waves of violence that has transformed the Brazilian daily life in a real civil war. The emergence of a territory of the violence occurs, notably the lack of state and public policies to improve the living conditions of the population that is socially excluded and abandoned on the outskirts of cities.

Keywords: Public Safety. Police work. Territory of violence.

¹ Artigo apresentado ao curso de Especialização em Políticas e Gestão de Segurança Pública – III CEGESP da Universidade Federal da Bahia, como requisito para a obtenção do grau de especialista. O estudo foi orientado pela Profa. Dr^a Ivone Freire Costa. Salvador, 2009.

² Bacharel em Administração (FACAPE) Especialista em Gestão de Recursos Humanos (FACCEBA) Especialista em Docência do Ensino Superior (UNIFACS) E-mail: andre_sacramento31@hotmail.com

³ Bacharel em Ciências Contábeis (UCSal) Especialista em Política e Estratégia – CEPE 2005 – (ADESG/UNEB) E-mail: patricia.rosas@bol.com.br

⁴ Bacharel em Serviço Social E-mail: sergio.alana@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

As exigências e transformações do mercado, a competitividade entre os profissionais das mais diversas áreas, a intensificação dos processos de globalização trouxeram para o setor de segurança pública uma outra realidade em termos de capital humano, entretanto a instituição Polícia Militar e seus modelos e instrumentos de gestão, especificamente os direcionados à gestão de pessoas, mantêm práticas gerenciais que não acompanham as mudanças sociais e que impedem o aproveitamento dos novos talentos.

A Polícia Militar é um tipo de organização cuja estrutura é altamente burocrática, com divisão de trabalho metódica e disciplinadamente conduzida para os fins perseguidos, possui um modelo que tem como base a hierarquia e a disciplina, impondo padrões que dificulta ainda mais qualquer tentativa de modificação no seu desempenho, bem como o aproveitamento ou implementação de outros conhecimentos que não os habitualmente utilizados na formação do policial militar.

Em termos organizacionais, a modernidade tem sido comumente utilizada para destacar a relevância de as empresas se prepararem para enfrentar a competição nos padrões da nova configuração do mundo dos negócios, por meio da adoção de estruturas, estratégias, políticas e práticas de gestão que favoreçam a formação de conteúdos culturais que estimulem um comportamento competente. (SANTA'ANNA, 2008).

Ingressar nas grandes empresas sejam elas públicas ou privadas, exige dos candidatos o desempenho de competências que são elementos centrais de diferenciação estratégica e formam o conjunto de saberes, conhecimentos, aptidões e habilidades que desenvolvidos e aproveitados proporcionam às organizações diferenciação estratégica.

Na atualidade o seguinte grupo de competências é posto como sendo as mais enfaticamente valorizadas pelas empresas, as capacidades de “comprometer-se com os objetivos da organização, criatividade, inovação, comunicação, relacionamento interpessoal, trabalhar em equipe, autocontrole emocional, visão de mundo ampla e global, iniciativa de ação e decisão”⁵ dentre várias outras essenciais para o desenvolvimento de qualquer atividade organizacional.

Não há dúvida de que a atividade policial, por si só é de grande complexidade, porém muito importante para a sociedade, visto que é dela que

⁵ Ver em SANTA'ANNA, Anderson de Souza. **Profissionais modernos, empresas arcaicas?** GV Executivo. V. 7, n. 1 (Jan./Fev. 2008). São Paulo: FGV-EAESP.

depende a preservação da ordem pública e nesse sentido a utilização da capacidade do policial, as boas condições para ingresso e permanência na atividade e o aproveitamento das competências são fundamentais para o desenvolvimento de um novo conceito de organização Policial Militar.

A discussão acerca da segurança pública há décadas tem ocupado uma posição de destaque na agenda pública, como sendo um tema de suma importância às demandas da sociedade, isso não só em termos de polícia, mas, também, requerendo sustentabilidade em outros de interesse constante, a saber, a educação e a saúde.

O trabalho enfoca as condições de ingresso, permanência e saída dos policiais militares, isto é: os motivos pelo qual ingressou, a permanência e os motivos porque deseja sair da organização, além de analisar o processo sobre o trabalho policial e o estado da segurança pública sob a ótica dos Pms das Companhias Independentes que realizam o policiamento em três bairros de Salvador, considerados os mais violentos: o Bairro da Paz que é policiado pela 15ª CIPM, o Bairro Tancredo Neves, policiado pela 23ª CIPM e o bairro da Liberdade que é policiado pela 37ª CIPM.

Inicialmente o trabalho procura justificar as implicações da atividade policial e sua importância nos processos sociais e como o processo de criação de uma nova cultura de gestão de pessoas e de carreiras cria áreas de oportunidade na organização policial militar. Busca-se mostrar como acontece o desenvolvimento da atividade na categoria Praça, compreendidos apenas como Soldado e Sargento PM. O capítulo 2, especificamente, trata do ingresso na PMBA, das atividades desenvolvidas pelos Praças e como se processa o desempenho desses policiais militares. O capítulo 3 começa com uma análise sobre um dos direitos fundamentais do cidadão, que é a segurança pública, e enfoca o trabalho do policiamento nas áreas populares, discorrendo sobre os territórios no âmbito da violência, paz e criminalidade, caracterizando aos bairros da Paz, Tancredo Neves e Liberdade que foram elementos de apreciação e local onde os policiais militares entrevistados desenvolvem suas atividades e expuseram sua ótica sobre o trabalho, a violência e as políticas públicas para o setor. O capítulo 4 descreve as expressões sobre o trabalho policial e apresenta o perfil sócio-demográfico dos PMs entrevistados. O capítulo 5 Enfoca o significado do trabalho, analisa a motivação do ingresso, da permanência e da saída dos policiais militares entrevistados. O artigo conclui com

uma análise geral dos pontos discutidos e discorre sobre possibilidades futuras para a Organização Polícia Militar.

A metodologia utilizada foi uma pesquisa exploratória com uma abordagem quali-quantitativa através de uma análise bibliográfica, questionários semi-estruturados e tratamento estatístico empregado na obtenção dos dados.

Os motivos que corroboraram para análise deste trabalho são as estatísticas das pressões, das mortes, das demissões, das longas jornadas de trabalho, dos conflitos interpessoais, dos autoritarismos hierárquicos, das ausências prolongadas fora do contexto familiar e das necessidades de complementar as rendas fora do expediente, bem como seus anseios e suas frustrações. Além disso, esses profissionais trabalham executando ordens que convergem com os conflitos sociais com grande risco de vida. Em se tratando de polícia militar a cultura organizacional, rígida, fechada, mecânica e “burocrática” impõe ainda mais dificuldade na conciliação e mediação de todos os conflitos.

Em 2007 a Polícia Militar da Bahia possuía 3000 profissionais a menos em relação ao ano de 2004, o que para Bayley (2006) a manutenção de pessoas está imbricada com as dimensões da estrutura organizacional, porém até o final de 2008 houve o acréscimo de que 3200 soldados praças que se formaram, o efetivo irá ser o mesmo daquele ano, número que já era defasado, levando-se em conta a previsão de efetivo da Secretaria de Segurança Pública (SSP) em 1990. Até o ano de 2011 a meta do Governo é de que o efetivo da PMBA seja de aproximadamente 44.000 Policiais Militares.

2. O TRABALHO E A QUALIFICAÇÃO POLICIAL

O Art. 5º⁶ do Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia estabelece os requisitos e condições para o ingresso na Polícia Militar e o Art. 6º⁷ versa sobre o como se dará o processo de entrada e condições de acesso dos candidatos.

⁶ I. ser brasileiro nato ou naturalizado; II. ter o mínimo de dezoito e o máximo de trinta anos; III. estar em dia com o serviço militar obrigatório; IV. ser eleitor e achar-se em gozo dos seus direitos políticos; V. possuir idoneidade moral, comprovada por meio de folha corrida policial militar e judicial, na forma prevista em edital; VI. aptidão física e mental, comprovada mediante exames médicos, testes físicos e exames psicológicos, na forma prevista em edital; VII. possuir estatura mínima de 1,60 m para candidatos do sexo masculino e 1,55 m para candidatas do sexo feminino; VIII. possuir escolaridade ou formação profissional exigida ao acompanhamento do curso de formação a que se candidata, na forma prevista em edital. Ver em **Estatuto dos Policiais Militares do Estado da Bahia**. Lei nº 7.990 de 27 de dezembro de 2001. 2ª Ed. Atualizada, 2008, p.36.

⁷ O ingresso na Polícia Militar é assegurado aos aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos, mediante matrícula em curso profissionalizante, observadas as condições prescritas nesta Lei, nos regulamentos e nos respectivos editais de concurso da instituição. Ver em **Estatuto**

Uma das formas de ingresso na PMBA acontece através do curso de formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar (CFOPM), a formação acontece para o exercício da atividade operacional no combate ao crime, pelo concurso público vestibular em convênio com a Universidade do Estado da Bahia, nesse caso o acesso contempla a carreira que vai do primeiro posto do oficialato com possibilidades de alcance ao último, isso por conta de poucas vagas para promoção e da extrapolação no interstício entre um posto e outro.

A segunda maneira é através do curso de formação de soldado PM (CFSd) do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), cuja promoção, atualmente, pode levar de 25 a 28 anos para a graduação de Sargento PM, isso por conta da eliminação do concurso direto, e da exclusão da graduação de Cabo PM, que visava um acesso mais rápido para promoções e um enxugamento na hierarquia da Polícia Militar.

Para tanto o Art. 9º, inciso III, do “Projeto Lei nº 17.659/2008”⁸ retorna as graduações de Cabo PM e Sub-Tenente PM, com vistas a melhorar o acesso da categoria praças às promoções.

Basicamente, as atividades desenvolvidas pelos praças na Polícia Militar são as de caráter operacional, as atividades fim da corporação, efetivamente o policiamento ostensivo em todas as suas modalidades, a pé, viaturas, módulos, operações especiais, etc. no combate ao crime, porém, o papel da polícia em uma sociedade democrática, dentre outros, é auxiliar os cidadãos e fazer com que todos observem as leis.

Até recentemente pelo menos, a maioria dos observadores parece concordar que a função relacionada ao pessoal, nas organizações policiais, era conduzida de modo precário. Esforços para mudar significativamente as práticas da polícia em relação ao pessoal têm tido um sucesso extraordinário. Assuntos referentes a pessoal que parecem rotineiros e fúteis também estão bastante ligados às necessidades de segurança e bem-estar dos empregados. (GREENE, 2007, p. 64).

Com efeito, alguns aspectos impedem o bom desempenho dos policiais militares, para citar alguns, além do trabalho repetitivo e exaustivo, abrange também o medo de atuar e decidir, como fonte de pressão e questionamento na atuação dos policiais, a baixa qualificação, uma vez que “concorda-se no que diz respeito à falta

dos Policiais Militares do Estado da Bahia. Lei nº 7.990 de 27 de dezembro de 2001. 2ª Ed. Atualizada, 2008, p.36.

⁸ Cria o Prêmio por Desempenho Policial, altera a estrutura organizacional e de cargos em comissão da Polícia Militar da Bahia e dispositivos das Leis nº 7.990, de 27.12.2001, nº 8.626, de 09.05.2003, nº 9.002, de 29.01.2004 e nº 9.848, de 9.12.2005, e dá outras providências. Ver em **Projeto Lei, nº 17.659/2008**. Disponível em <www.al.ba.gov.br/docs/proposicoes2008/PL_17_659_2008_1.rtf>, acesso em 30/07/2009.

de consenso acerca de quais conhecimentos e técnicas são básicos para o desempenho da ocupação policial”.⁹

A vida organizacional é freqüentemente rotinizada com a precisão exigida de um relógio. Espera-se que as pessoas cheguem ao trabalho em determinada hora, desempenhem um conjunto predeterminado de atividades, descansem em horas marcadas e então retomem as suas atividades até que o trabalho termine. Em muitas organizações, um turno de trabalho substitui outro de maneira metódica de tal forma que o trabalho possa continuar ininterruptamente 24 horas por dia, todos os dias do ano. Freqüentemente o trabalho é muito mecânico e repetitivo. (MORGAN, 1996, p. 22).

A especialização e a profissionalização são os principais desafios colocados para as polícias no século XXI, nesse sentido buscam estratégias e diferentes formas de atuação no cenário da violência, um novo perfil de atuação, pois “o policiamento nos dias de hoje é dominado por agências públicas, especializadas e profissionais,”¹⁰, perfil que deve ser implementado nas polícias da Bahia.

São vários os elementos ou fatores existentes no ambiente das organizações policiais que influenciam suas práticas em relação ao pessoal e ao planejamento dos recursos humanos, e dessa forma é fundamental a adoção de políticas públicas para o setor com uma estrutura mais horizontalizada e com perfeita definição dos papéis, permitindo que os colaboradores assumam autoridade e responsabilidade genuínas no momento em que estiverem interagindo com a sociedade.

Ao se fazer um planejamento de recursos humanos em uma agência policial, a intenção é realizar uma pesquisa aplicada a pessoal, apoiada por um esforço em coletar dados apropriados, a fim de isolar e definir os obstáculos ao custo-benefício na utilização dos recursos humanos, determinar as soluções alternativas viáveis para tais problemas, e gerar a informação necessária e as análises em que a administração policial poderá basear os objetivos viáveis e as tomadas de decisão apropriadas. (GREENE, 2007 apud RING e DYSON, 1974).

As organizações policiais americanas são numerosas, os seus efetivos são caracterizados como abrangendo um número bastante pequeno de grandes agências e um número substantivo de agências relativamente pequenas, seus gastos com pessoal ainda representam a maior parte dos orçamentos das agências policiais. No caso Brasil, mais especificamente na Bahia, a organização Polícia Militar há bem pouco tempo desmembrou sua centralização e transformou os grandes batalhões em variadas e pequenas companhias independentes,

⁹ Ver em GREENE, Jack R. Administração do trabalho policial: Questões e análises. 1. ed. São Paulo: EDUSP: Editora da Universidade de São Paulo, 2007, p. 90.

¹⁰ Ver em BAYLEY, David H. **Padrões de Policiamento: Uma análise comparativa internacional**. 2 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006, p. 35.

subordinada a Comandos Regionais, e seu efetivo, porém, que já é considerado pequeno¹¹ vem, ao longo do tempo, sofrendo defasagem de cerca de 1000 policiais a cada novo ano.

Uma outra diferença básica em relação ao policiamento americano é que a força policial é responsabilidade local. Nesse caso percebe-se, também na Bahia o grande avanço em termos de participação no policiamento, tanto em patrulhamento, como em abordagens, por parte das guardas municipais.

Embora estejam melhorando, permanecem bastante inadequados a quantidade de educação formal e treinamento, os padrões mínimos de treinamento, e o conteúdo da educação e do treinamento exigidos para ingressar no trabalho policial. Comparar a educação e o treinamento policiais com aqueles exigidos por outras profissões sugere que são obviamente inadequados. A educação e o treinamento de todas as profissões estabelecidas ocorrem em instituições acadêmicas, em que prevalecem padrões acadêmicos. Apenas uma parte muito pequena do treinamento policial ocorre em estabelecimentos acadêmicos. (GREENE, 2007, p. 93).

Hoje, em todo Estado, a Polícia Militar atua ostensiva e preventivamente buscando desenvolver ações no combate à violência e estabelecer continuamente interações com a comunidade através de atividades sócio-culturais, no policiamento comunitário.

O que assusta hoje o cidadão, principalmente o das grandes cidades, é a criminalidade urbana. Nesse sentido, o que aparece como consequência principal desse fato é o aumento significativo de políticas públicas de segurança visando controlar um ambiente agressivo, em que o resultado alcançado é a privação da liberdade da população.

Como a violência é uma das principais questões da sociedade moderna, exaustivamente discutida e debatida na atualidade, passa a ser observada freqüentemente por toda sociedade, o que a torna um dos principais problemas econômicos, políticos e sociais.

Profissionalização refere-se a uma preparação explícita para realizar funções exclusivas da atividade policial. O termo é embaraçoso, especialmente a partir do momento em que passou a significar, nos meios policiais, um tipo de condição desejada, ao invés de atributos comportamentais alcançados. Racionalização, no sentido de uma auto-administração consciente, pode ser um termo mais adequado, mas também possui conotações que atrapalham seu significado. A profissionalização envolve recrutamento por mérito, treinamento formal, evolução na carreira estruturada, disciplina sistemática e trabalho em tempo integral. O aspecto

¹¹ Cerca de 30.000 policiais para os 417 municípios com uma população total de aproximadamente 15.000.000 de habitantes.

da profissionalização contra a não-profissionalização alcança outras duas categorias. Embora a maior parte da polícia pública especializada seja profissional, sob certos aspectos, o policiamento privado também pode ser profissional, tanto quanto uma força policial não-especializada. (BAYLEY, 2006, p. 25).

A educação, as oportunidades de crescimento profissional, principalmente, são instrumentos fundamentais para a modificação na atuação da segurança pública e nesse aspecto a PMBA buscou implementar através da Lei nº 7.145, de 19 de agosto de 1997 quando criou o Quadro Complementar de oficiais¹² (QCOPM). O ponto negativo é que ainda não disponibilizou vaga para os profissionais formados nas diversas áreas do conhecimento, que podem contribuir, significativamente, com a modernização do setor de segurança pública.

Em 2005 o Governo do Estado novamente reorganiza a Polícia Militar da Bahia, no tocante a sua estruturação hierárquica e organizacional, voltando a citar, no art. 11¹³, do Capítulo que trata do Pessoal, que o efetivo da Polícia Militar, será distribuído dentre outros, pelo Quadro Complementar de Oficiais Policiais Militares.

Em 2008, porém, o Governo do Estado sanciona a LEI Nº 17.659/2008, disponibilizando 70 vagas para o Quadro Complementar de Oficiais, para preenchimento em 2009, 2010 e 2011, sendo uma para o Posto de Tenente-Coronel QCOPM e 69 para o Posto de 1º Tenente QCOPM, entretanto até o final do primeiro semestre de 2009 não disponibilizou edital de concurso para o preenchimento das vagas.

3. O TRABALHO DO POLÍCIAMENTO NAS ÁREAS POPULARES

A Constituição Federal em seu Art. 5º¹⁴, no que se refere aos direitos e deveres individuais e coletivos, dentre outros, assegura o direito à segurança. De

¹² Ver em **DECRETO Nº 7.446 DE 06 DE OUTUBRO DE 1998, Regulamenta o Quadro Complementar de Oficiais Policiais Militares. Disponível em** <<http://www2.casacivil.ba.gov.br/NXT/gateway.dll/legsegov/decnum/decnum1998/decnum1998out/decn19987446.xml>>, Acesso em 03.08.2009.

¹³ O efetivo da Polícia Militar terá a seguinte distribuição: I – Oficiais: a) Quadro de Oficiais Policiais Militares; b) Quadro Complementar de Oficiais Policiais Militares; c) Quadro de Oficiais Auxiliares de Polícia Militar; d) Quadro de Oficiais de Saúde da Polícia Militar; e e) Quadro de Oficiais de Bombeiros Militares. Ver em LEI Nº 9.848 de 29 de Dezembro de 2005. Reorganiza a Polícia Militar da Bahia, dispõe sobre o seu efetivo e dá outras providências. Disponível em <http://www2.casacivil.ba.gov.br/NXT/gateway.dll/legsegov/leiordec2000/leiordec2005/leiordec2005dez/lo20059848.xml#LO_9_848_Art_23>, acesso em 02.08.2009.

¹⁴ Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: (...). Ver em **ANGHER, Anne Joyce. VADE MECUM: Acadêmico de Direito.** São Paulo: Riddel. 3ª Ed.2006. p.43.

modo genérico a segurança é novamente abordada, como direito social, nos Art. 6º¹⁵ e Art. 7º, XXII¹⁶.

Partindo-se para uma outra vertente do quesito segurança, de modo específico, o Art. 144¹⁷, trata da segurança pública: das polícias. Direito imprescindível quando, na atualidade as pessoas se deparam com todos os tipos de violência. (...) “o problema grave de nosso tempo, com relação aos direitos do homem, não era mais o de fundamentá-lo, e sim o de protegê-los. (...) o problema que temos diante de nós não é filosófico, mas jurídico e, num sentido mais amplo, político”.¹⁸

A polícia, ao longo do tempo, perdeu a capacidade de proteger o cidadão. O quadro se agrava com a constatação da incapacidade dessa polícia em controlar ou diminuir as ondas de violência que transformou a vida cotidiana brasileira numa verdadeira guerra civil e nesse aspecto, ainda utiliza o sistema tradicional de segurança pública.

Não se trata de saber quais e quantos são esses direitos, qual é sua natureza e seu fundamento, se são direitos naturais ou históricos, absolutos ou relativos, mas sim qual é o modo mais seguro para garanti-los, para impedir que, apesar das solenes declarações, eles sejam continuamente violados. (BOBBIO, 2004).

Dessa forma, a principal mudança no trabalho policial surge a partir do Projeto Polícia Cidadã, o qual busca elevar a qualidade dos serviços prestados diretamente à comunidade, na atividade fim da corporação, pois as mudanças no policiamento foram afetadas pela evolução das cidades e da organização social.

O trabalho do policial tem limites, ele isoladamente não dará conta dos problemas de segurança, que são complexos, móveis e sofre influência de fatores sociais, culturais e pessoais que transcendem as práticas das corporações de segurança pública, pois a polícia enfrenta situações e ações como “crimes em andamento, brigas domésticas, crianças perdidas, acidentes de automóvel, pessoas

¹⁵ São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Ver em **ANGHER**, Anne Joyce. **VADE MECUM: Acadêmico de Direito**. São Paulo: Riddel. 3ª Ed.2006. p.45.

¹⁶ São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social: (...) XXXII - redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança. *Idem. Ibidem.*

¹⁷ A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, a través dos seguintes órgãos: I – polícia federal; II – polícia rodoviária federal; III – polícia ferroviária federal; IV – polícias civis; V – polícias militares e corpo de bombeiros militares. Ver em **ANGHER**, Anne Joyce. **VADE MECUM: Acadêmico de Direito**. São Paulo: Riddel. 3ª Ed.2006. p.73.

¹⁸ Ver em BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Nova ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p 45.

suspeitas, supostos arrombamentos, distúrbios públicos e mortes não naturais, prende, relata, tranqüiliza, adverte, presta primeiros socorros, aconselha, media, interrompe, ameaça, cita”, etc. (BAYLEY, 2006, p. 119).

Em função da forte ênfase nos encadeamentos de falta do efetivo policial, e do porquê desse acontecimento, a cultura policial militar sobre redução do seu efetivo torna-se configuração fechada em torno desse questionamento, pois para evitar esse fenômeno é fundamental qualificar, fechar as lacunas ligadas à competência, adquirir satisfação pessoal, discutir as reivindicações dos planos de cargos e salários.

Não há mais espaço para pensar as organizações policiais apenas como instrumento das políticas públicas excludentes. Ou seja, não se pode entendê-las como expressões de um determinado nível de intervenção do Estado na área de segurança, a privilegiar tão somente um segmento social, mas, sim, como respostas às necessidades de proteção da sociedade como um todo, na medida em que a violência, quer dizer, a insegurança social, atinge todos indistintamente na sociedade. Vê-se, contudo, que as camadas populares, por múltiplas razões, são as que mais convivem com esse fenômeno. (COSTA, 2005, p. 17).

Daí a necessidade de políticas públicas de segurança acolherem a necessária participação multidisciplinar e interinstitucional, envolvendo outros setores dos governos, entidades da sociedade, movimentos sociais e organizações do terceiro setor, ressaltando ainda a contribuição das universidades para as polícias, seja na formação de seus quadros, seja na formulação de seus planejamentos, seja no esclarecimento das questões que são de sua competência. A estrutura do sistema de segurança pública e da Polícia Militar, em especial, deve ser suficientemente aberta para admitir seus limites e aceitar a participação dos setores citados a fim de otimizar suas transformações e propiciar serviços efetivos para a população.

3.1. OS TERRITÓRIOS: VIOLÊNCIA, CRIMINALIDADE, PAZ E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA

A caracterização da violência é um aspecto antigo, sempre existiu na sociedade, em todos os tempos, com o propósito de solução de conflitos entre as pessoas nas suas relações, seja na família, na comunidade ou no trabalho. “A palavra violência vem do latim *violentia* e deriva de *vis* que é força, mas também é

vigor e potência. Essa força é posta em relação outrem com finalidade construtiva ou destrutiva”.¹⁹

“O uso intencional da força física ou poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento e provação”. (PERES, 2006).

As tipificações da violência, porém, ganharam ao longo do tempo características e nomenclaturas variadas, sendo que na atualidade a convivência com esse tipo de delito, no entanto, além de englobar as formas tradicionais, que são “ações de natureza criminal como roubos, delinqüência e homicídios”²⁰, trazem quanto ao entendimento sobre o significado da violência, as seguintes classificações: “violência autodirigida, interpessoal e coletiva, ou tipifica-la de acordo com os fins e os meios usados como sendo a violência repressiva, bélica, de resistência ou rebelião, subversiva ou terrorista e estrutural.”²¹

Atualmente, àquelas vêm se somar os atos que ferem os direitos humanos, como os de natureza sexual, maus-tratos, discriminação de gênero e de raça, englobando não apenas a agressão física, mas também situações de humilhação, exclusão, ameaças, desrespeito. (FERREIRA & PENNA apud WAISELFISZ, 2000).

Dessa forma, o surgimento de um território da violência acontece, principalmente pela ausência do Estado e das políticas públicas para melhoria da condição de vida da população, que é excluída socialmente e abandonada na periferia das cidades.

A tradição da produção geográfica no assunto se restringe à preocupação com a espacialização do fenômeno, isto é, localizar as ocorrências criminosas no espaço urbano e correlacioná-las às condições do local onde acontecem. Muitas vezes essas condições, que favorecem a ocorrência, são confundidas com a própria causa das mesmas. (FERREIRA & PENNA, 2005).

Esses lugares são tão “distantes” que, muitas vezes, só é possível a chegada da polícia para socorrer ou auxiliar os que sofrem com o desenvolvimento do poder paralelo estabelecido pelo crime organizado. “Os diferentes territórios da cidade não

¹⁹ Ver em FERREIRA, Nilton José Costa. **Polícia, política, Justiça, Corrupção e Criminalidade**. Bureau, 2009, p. 74.

²⁰ Ver em FERREIRA, Ignez Costa Barbosa. PENNA, Nelba Azevedo. **Território da Violência: Um olhar geográfico sobre a violência urbana**. GEOUSP–Espaço e Tempo, São Paulo, nº 18, 2005, p. 155. Disponível em <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/geousp/Geousp18/Artigo11_Ignez%20e%20Elba.pdf> Acesso em 03/06/2009.

²¹ FERREIRA, Nilton José Costa. **Polícia, política, Justiça, Corrupção e Criminalidade**. Bureau, 2009, p.74.

se definem apenas como uma base sobre a qual se formam as identidades urbanas, mas operam de forma dinâmica para a constituição dessas identidades, sejam elas a pobreza, a riqueza ou a Violência".²²

Assim, a partir da constituição de um território da violência é que se desenvolve um outro ponto de atenção e preocupação para poder público, o chamado território da criminalidade, que devido às práticas de várias infrações de caráter socialmente relevante se concretiza.

Dado o novo contexto político, as agendas públicas tornaram-se ainda mais sensíveis às percepções, às demandas e aos medos do conjunto da sociedade. Sendo a segurança um item eminentemente popular sem deixar de ser tema prioritário também para as elites e as camadas médias, impuseram-se com mais peso à consideração dos atores políticos. O crescimento da violência criminal, ao longo da última década, reforçou essa tendência. Hoje, segurança ocupa não só o centro das preocupações estaduais como penetrou as esferas municipais e federal, tornando-se uma das principais problemáticas nacionais, nas eleições e para além delas.²³(SOARES, 2003)

Diante de tanta conjugação de violência é que o Estado busca a partir do Pronasci²⁴ atuar na prevenção e enfrentar a crescente onda de violência nas comunidades, através de uma outra modalidade chamada território da Paz²⁵. Para tanto, pergunta-se, de que forma o desenvolvimento de determinadas ações preventivas podem reverter o quadro da violência e garantir a paz social? Que medidas preventivas seriam essenciais no combate à criminalidade?

O Território de Paz integra ações sociais envolvendo a população e as forças de segurança para a redução da criminalidade. Salvador é a terceira capital do Nordeste e a sétima do país a receber a implementação das "30 ações preventivas contra a violência".²⁶ Entre os projetos a serem implementados na capital baiana

²² Ver em FERREIRA, Inês Costa Barbosa. & PENNA, Nelba Azevedo. Território da violência: Um olhar geográfico sobre a violência urbana. GEOUSP–Espaço e Tempo, São Paulo, nº 18, 2005, p. 157. Disponível em <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/geousp/Geousp18/Artigo11_Ignez%20e%20Elba.pdf> Acesso em 03/06/2009.

²³ Ver em SOARES, Luís Eduardo. Novas Políticas de Segurança Pública. Alguns exemplos recentes. Jus Navigante, Teresina, ano 7, n. 65, maio de 2003. Disponível em <<http://www.jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4096>>. Acesso em 29 de julho de 2008.

²⁴ Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

²⁵ Significa a concretização do Pronasci na comunidade, com a instalação de 20 a 30 projetos do programa em uma localidade.

²⁶ 1.Renaesp e Bolsa Formação; 2.Policiamento comunitário; 3.Postos de polícia comunitária; 4.Plano Nacional de Habitação para Profissionais de Segurança Pública; 5.Auxílio à saúde policial; 6.Gabinetes de Gestão Integrada Municipal (GGIM); 7.Videomonitoramento; 8.Mulheres da Paz; 9.Protejo – Proteção de Jovens em Território Vulnerável; 10.Laboratório Tecnológico contra a Lavagem de Dinheiro; 11.Núcleo de Justiça Comunitária; 12.Assistência Jurídica Integral ao Preso e seus Familiares; 13.Efetivação da Lei Maria da Penha – Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; 14.Efetivação da Lei Maria da Penha – Núcleo de Atendimento (Defensoria Pública); 15.Efetivação da Lei Maria da Penha (Ministério Público); 16.Estabelecimento penal especial para

está a polícia comunitária.²⁷ A pretensão é manter fixa uma quantidade de policiais que realizem sempre o patrulhamento daquela localidade e mantenha constante aproximação com a sociedade de certa forma se aproximem da comunidade e, efetivamente, conheça os moradores ampliando o acesso à segurança pública por vários caminhos, entre os quais o diálogo, a participação em reuniões e o foco na prevenção.

Hoje, mais do que nunca, questionam-se os resultados das ações das organizações de segurança pública no país, tanto pelos elevados índices de criminalidade e violência urbanas, quanto pelo agravamento das tensões sociais. Em tais condições, a emergência de uma nova forma de pensar sobre esse fenômeno contribuirá com novas reflexões para uma gestão política dos serviços públicos de segurança na sociedade. (COSTA, 2005, p. 16).

O tema da segurança pública foi, muitas vezes, tratado apenas como sendo um problema exclusivo das polícias. Nesse sentido é importante citar que o bairro Tancredo Neves, um dos objetos de análise na visão dos PMs entrevistados chegou a ser considerada a região mais violenta de Salvador em 2007, ao registrar 17% dos homicídios²⁸ ocorridos na capital baiana, de acordo com dados da Secretaria de Segurança Pública do estado. O bairro Tancredo Neves será o primeiro na implantação desse programa seguido dos bairros Pirajá, Paripe, São Cristóvão e Pelourinho.

3.1.1 O BAIRRO DA PAZ

O Bairro da Paz, que até 1992 era conhecido por “Malvinas”²⁹ situa-se nas proximidades da Avenida Luís Viana Filho (Paralela) e Orlando Gomes, zona norte da cidade de Salvador. Sua ocupação começou em 1982, a partir da ocupação inapropriada por pessoas de baixa renda inicialmente composta por 1.230 famílias, se consolidando ao longo da década de 80.

juvens; 17.Modernização do Sistema Prisional; 18.Capacitação de agentes penitenciários; 19.Canal Comunidade; 20.Geração Consciente; 21.Monitoramento Cidadão; 22.Projeto Pontos de Leitura; 23.Projeto Pontos de Cultura; 24.Projeto Economia Solidária; 25.Programa Estratégia Saúde da Família; 26.Pintando a Cidadania; 27.Projeto Esporte e Lazer na Cidade; 28.Projeto Praça da Juventude; 29.Modernização das instituições de segurança pública; 30.Casa do Sinase – Sistema Nacional de Atendimento Sócio-Educativo.

²⁷ Ver em JUSBRASIL. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/noticias/1600999/territorio-de-paz-chega-ao-bairro-de-tancredo-neves>>, acesso em 01/08/2009.

²⁸ Ver em JUSBRASIL. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/noticias/1604694/bahia-enfrenta-criminalidade-com-territorio-de-paz>>, acesso em 01/08/2009.

²⁹ Analogia a Guerra das Malvinas entre Inglaterra e Argentina, atrelado a isso o processo de ocupação foi marcado pela disputa dos moradores junto ao governo, o que levou a vários confrontos da população com a Polícia.

A partir da década de 1990 a localidade começa a receber instalação de telefones públicos, transporte coletivo, rede de energia, implantação de uma escola, posto de saúde. Em “1991, havia 11.241 habitantes, em 1996, esse número pulou para 40 mil, ou seja: nos dez anos seguintes a re-ocupação, o número de moradores aumentou em mais de 300%, enquanto, de 96 para hoje, o aumento foi de 62,5 %”.³⁰

Existem registros comunitários acima de 8.300 moradias; “um comércio local com supermercados; açougues; armarinhos lojas de roupas; padarias; acesso para veículos de fornecimento de gás GLP; transporte alternativo (Van); sistema de endereçamento postal; templos religiosos”.³¹

A localidade tem os acessos privilegiados pela localização geográfica, situada entre o “terminal rodoviário de Salvador, Shopping Iguatemi e Shopping Salvador, Campo Universitário de Pituaçu, Estádio de Pituaçu, Parque de Exposições e acesso à orla marítima das praias de piatã até itapuã”.³²

O lugar é hoje um dos mais violentos, tem cerca de 55 mil habitantes, quase nenhuma assistência por parte do poder público e um sentimento unânime de exclusão por parte dos moradores e uma juventude que traz aspectos do mundo urbano, fazendo com que, no Bairro da Paz, a cultura urbana e rural convivam num mesmo ambiente.

Destaque para a elevada taxa de desempregados, acima de 80% dos moradores, elevado índice de evasão escolar, acentuado tráfico de drogas com “bocas de fumo” e vários pontos de venda (maconha e crack), o que dificulta o combate desta prática pelo envolvimento de integrantes da comunidade.

É policiado pela 15ª CIPM, localizada na rua da Passárgada, s/nº, Jardim Encantamento, em Itapuã, que possui um efetivo total de aproximadamente 171³³ Praças (SGT e SD PM) e também atende as localidades de Abaeté (dois módulos policiais), Parque das Lagoas e Alto do Coqueirinho. A modalidade de policiamento adotada de forma permanente no bairro da Paz é realizada com um efetivo de apenas 10 policiais, que executam seus trabalhos por escala de serviço na

³⁰ Fonte IBGE

³¹ Ver em FERREIRA, Eduardo L. C.; SANTOS, Claudecy V.; LEMOS, Marcos A. A Violência e a Criminalidade no Bairro da Paz: A Problemática da Gestão Integrada Atual. Revista da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – Bahia/Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia – EAUFBFA. Vol 01, n. 01 (jun. 2007) – Salvador – EAUFBFA, RENAESP, 2007, p.128.

³² Ver em FERREIRA, Eduardo L. C.; SANTOS, Claudecy V.; LEMOS, Marcos A. A Violência e a Criminalidade no Bairro da Paz: A Problemática da Gestão Integrada Atual. Revista da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – Bahia/Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia – EAUFBFA. Vol 01, n. 01 (jun. 2007) – Salvador – EAUFBFA, RENAESP, 2007, p.128-129.

³³ Fonte Polícia Militar

modalidade de policiamento ostensivo modular, como também de viaturas em rondas. Na visão dos PMs quando perguntado sobre as mudanças em termos de segurança pública na área de trabalho, analisaram da seguinte maneira o bairro da Paz:

- [...] *“Não vejo mudanças”;*
- [...] *“Vejo as mesmas de antes”;*
- [...] *“Sem perspectiva”;*
- [...] *“O Estado não desempenha seu papel constitucional (educação, saúde, saneamento básico, etc), além da carência de emprego”;*
- [...] *“Ultimamente tem diminuído, muito embora ainda haja muito a se fazer”;*
- [...] *“Nenhuma mudança”;*
- [...] *“Vejo com poucas perspectivas de melhora”;*
- [...] *“Em relação a muitos outros lugares, podemos dizer que se mantém sob controle, não do que deseja a população, mas de certa forma existe controle”;*
- [...] *“Com as constantes operações que são realizadas aqui na área, ainda não podemos ver uma melhoria considerável, mas percebemos nas estatísticas. Requer tempo para haver a tão esperável mudança”;*
- [...] *“Nenhuma mudança”;*
- [...] *“Nenhuma mudança”;*
- [...] *“Acredito que ainda é necessário investimentos, primeiro no homem, depois na forma como se trabalha a segurança pública”;*
- [...] *“Infelizmente não há melhoria na segurança pública e as únicas mudanças que existem são o crescimento da marginalidade e a descrença da população”;*
- [...] *“Acho que nossa unidade necessita de mais efetivo e incentivo financeiro para desempenhar um bom trabalho”;*
- [...] *“Promissoras”;*
- [...] *“Precisamos de mais investimento”;*
- [...] *“Não vejo mudanças”.*

A distribuição percentual dessas opiniões (tabela 01) confirma a visão que os PMs tem em termos de mudanças em termos de segurança pública, visto que estão na área de ação e vivenciam constantemente vários tipos e graus de conflitos. A grande maioria 60% dos entrevistados não vê mudanças em termos de segurança pública na área onde trabalham. Nesse aspecto é de fundamental importância entender que as ações em termos de segurança pública se efetivam de forma lenta e gradativa, porém seus resultados podem ser vistos mais rapidamente em termos de estatística.

Tabela 01 – Mudanças em termos de Segurança Pública (Bairro da PAZ)

AS MUDANÇAS EM TERMOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	Nº Citações	Frequência
Nenhuma mudança	9	60%
Promissoras	1	6,60%
Significativa	2	13,40%
Mínimas	3	20%
Base	15	100%

Fonte: Pesquisa de Campo

3.1.2 O BAIRRO DA LIBERDADE

O Bairro da Liberdade localizado no alto do platô, divisão da Cidade Baixa possui uma grande concentração populacional, em geral de baixa renda é o segundo bairro mais populoso de Salvador, “com 187000 habitantes, maior densidade demográfica, com 260,3 habitantes por hectare, número de domicílios que chega a 50.000”³⁴ e tem o segundo maior comércio popular da cidade, nasce a partir de uma referencia social significativa que se expande e se consolida com a população ali residente, é, também, considerado por muitos como tendo a maior quantidade de negros do Brasil. Na Lima e Silva estão os principais atrativos do bairro, bem como a maior parte da infra-estrutura de saúde, transporte, educação, comunicação, lazer e as principais casas comerciais, atrativo dos bancos.

“No aspecto da consolidação da área e da sua história cultural, ressalte-se a vivência de forte processo de violência institucionalizada, na luta por moradia, executada pela Polícia e até hoje presente na memória de seus antigos moradores”.³⁵

O Bairro da Liberdade é policiado pela 37ª CIPM, com sede localizada na rua Neves da Rocha, s/nº, Caixa D'Água, possui um efetivo total de aproximadamente 114³⁶ Praças (SGT e SD PM). O policiamento executado é também modular, situado no plano inclinado, além do patrulhamento efetuado por viaturas.

Dentre os pontos de discussão está a pobreza, violência e a história da Bahia.³⁷ O bairro da Liberdade também possui pioneirismo na maior iniciativa educacional do Brasil, idealizada pelo pedagogo Anísio Teixeira, mais conhecida por Escola Parque, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro.

Os negros fugidos da escravidão ganharam espaço com a primeira invasão da cidade, o Corta-Braço, onde hoje é o Pero Vaz. Na fertilidade do barro preto, expandiu-se a vida³⁸. Da Liberdade surgiu o Associação Cultural Ilê Aiyê, bloco de carnaval que cultiva as raízes africanas e desenvolve um trabalho social que busca resgatar a auto-estima do povo negro, a partir de ações afirmativas.

³⁴ Fontes: IBGE - Censos Demográficos 1991, 2000 e Contagem de População 1996.

³⁵ COSTA, Ivone Freire. Polícia e Sociedade: Gestão de segurança pública, violência e controle social. EDUFBA, 2005, p 207 e 208.

³⁶ Fonte Polícia Militar

³⁷ O antigo caminho das Boiadas, que unia a Capital aos sertões e por onde passava o gado bovino, largamente criado no interior para comércio e exportação pelo porto de Salvador – hoje a estrada da Liberdade –, por onde, também, as tropas do general Lima e Silva ocuparam a cidade, em 2 de julho de 1823, expulsando a guarnição portuguesa.

³⁸ Ver em CD Salvador Enciclopédias da Cidade. Disponível em <www.portalliberdade.com/site/aliberdade.asp> acesso em 30.07.2009.

Na visão dos Pms quando perguntado sobre as mudanças em termos de segurança pública na área de trabalho analisaram da seguinte maneira o bairro da Liberdade:

[...] *“Com o trabalho que está sendo desenvolvido a violência tem diminuído, pois com as atividades de ação preventivas visando a segurança do local”;*

[...] *“Vejo as mudanças com otimismo, pois se for para melhorar a segurança de modo a proteger o cidadão de bem e também tentar tirar os jovens das drogas é positivo e muito importante”;*

[...] *“Pouco significativa”;*

[...] *“Está em discussão na perspectiva de se encontrar interação entre polícia e população”;*

[...] *“Os mesmos problemas, embora o esforço tenha sido grande para melhorar”;*

[...] *“Da maneira que vai a tendência é piorar, ainda mais por falta de efetivo policial e recurso”;*

[...] *“A violência tem aumentado, não havendo mudanças”;*

A distribuição percentual dessas opiniões (tabela 02) confirma a visão que os PMs tem em termos de mudanças em termos de segurança pública, visto que estão na área de ação e vivenciam constantemente vários tipos e graus de conflitos.

A maioria 40% dos entrevistados não vê mudanças em termos de segurança pública na área onde trabalham, porém, uma parcela significativa, 26,6% dos entrevistados, já observa alguma mudança. Esse ponto é importante, pois, os resultados começam a surgir dentro da tropa.

Tabela 02 – Mudanças em termos de Segurança Pública (Bairro da Liberdade)

AS MUDANÇAS EM TERMOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	Nº Citações	Frequência
Nenhuma mudança	6	40%
Promissoras	3	20%
Significativa	2	13,40%
Mínimas	4	26,60%
Base	15	100 %

Fonte: Pesquisa de Campo

3.1.3 O BAIRRO TANCREDO NEVES

O Bairro Tancredo Neves, antigo Beiru³⁹ até 02/06/2005, tem uma “população de 188000 habitantes e pouco mais de 50.800 domicílios⁴⁰, está localizado entre a Engomadeira, Sussuarana, Narandiba e a Avenida Paralela, no ano de 2007 chegou a ser considerada a região mais violenta de Salvador, com registros de 17% dos homicídios ocorridos na capital baiana. Para tanto, um dos principais projetos

³⁹ Nome de origem iorubá, refere-se ao escravo africano Gbeiru que morou na localidade no século XIX. Num plebiscito feito em 02/06/2005, o nome do bairro mudou para homenagear o ex-presidente falecido Tancredo de Almeida Neves.

⁴⁰ Fontes: IBGE - Censos Demográficos 1991, 2000 e Contagem de População 1996.

esperados pela comunidade é a polícia comunitária, cujo foco é a prevenção. Contudo o “medo” da polícia deve ser eliminado da sociedade através de medidas de aproximação da polícia com a comunidade.

É o primeiro bairro a receber o projeto Território da Paz, que segundo os participantes beneficiados é uma oportunidade de desenvolvimento social que ajuda a todos a participar da diminuição da violência no local onde residem. O bairro receberá núcleos de Justiça Comunitária para capacitação, entendimento e participação da população na efetivação das políticas públicas de segurança.

A Bahia já recebeu cerca de R\$ 126 milhões em recursos foram aplicados na valorização dos profissionais de segurança pública (bolsa de estudo), compra de equipamentos, viaturas, reforço na área de inteligência, entre outras, isso, pois, o trabalho policial acontece em um ambiente repleto de fertilidade para o exercício da violência.

Como o tema segurança pública tem sido bastante discutido nos últimos anos, sendo, pois, de grande polêmica na sociedade, as políticas nesse sentido, são desenvolvidas com ações sociais, priorizando a prevenção. Assim, as causas geradoras de violência são atingidas, sem, entretanto, abrir mão das ações de repressão.

Com feito, a União, os estados, municípios e diversos setores da sociedade, são mobilizados para que todas as ações possam alcançar o sucesso esperado.

Na visão dos Pms quando perguntado sobre as mudanças em termos de segurança pública na área de trabalho, analisaram da seguinte maneira o bairro Tancredo Neves:

[...] *“Diminuir”;*

[...] *“Significativa, operante e real. A prova disso são as operações realizadas na ares por unidade especializadas como a RONDESP, GARRA, a criação da operação ronda nos bairros e do Pronasci – projeto do governo federal que visa aperfeiçoar os profissionais da segurança pública e trazer a comunidade para ser uma aliada no combate ao tráfico de drogas, principalmente”;*

[...] *“Percebo esforço por parte dos policiais, mas sem o envolvimento governamental”;*

[...] *“Existe pouca assistência, planejamento e atitude de secretários, políticos que não se dispõem no auxílio à sociedade e ao profissional da segurança pública”;*

[...] *“Vejo, apenas em decorrência da força de vontade dos praças”;*

[...] *“Péssimas”;*

[...] *“Nenhuma mudanças”;*

[...] *“prossequindo lentamente”;*

[...] *“Nenhuma mudanças”;*

[...] *“Não há nenhuma perspectiva de melhora. Enquanto os governantes e parlamentares só pensarem neles a tendência é piorar”;*

[...] *“Mudanças mínimas que não causarão impacto algum. Enquanto não houver uma moralização na política será difícil pensar em diminuir a violência”;*

[...] *“Espero que com o projeto que o governo federal implantou nesta área a criminalidade venha a ser reduzida, já que esse mesmo projeto em Fortaleza trouxe efeitos positivos”;*

[...] “Nenhuma perspectiva de mudanças, pois, nessas condições de trabalho tão precárias, começando pelas instalações...”;

A distribuição percentual dessas opiniões (tabela 03) confirma a visão que os PMs tem em termos de mudanças em termos de segurança pública, visto que estão na área de ação e vivenciam constantemente vários tipos e graus de conflitos.

A grande maioria 60% dos entrevistados não vê mudanças em termos de segurança pública na área onde trabalham, seguidos por uma parcela significativa, 26,6% dos entrevistados, que já observa alguma mudança.

Tabela 03 – Mudanças em termos de Segurança Pública (Bairro Tancredo Neves)

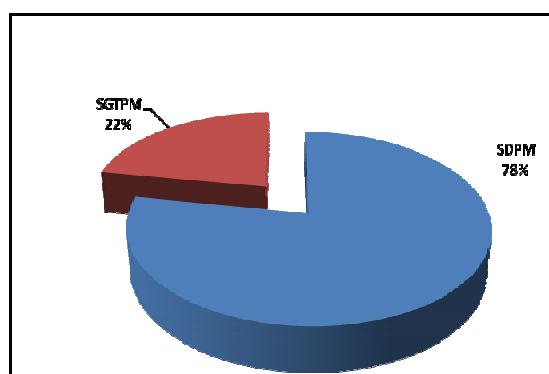
AS MUDANÇAS EM TERMOS DE SEGURANÇA PÚBLICA	Nº Citações	Frequência
Nenhuma mudança	9	60%
Promissoras	1	6,70%
Significativa	1	6,70%
Mínimas	4	26,60%
Base	15	100%

Fonte: Pesquisa de Campo

4. EXPRESSÕES SOBRE O TRABALHO POLICIAL.

Como referencial de análise da estrutura organizacional a base hierárquica de cargos da Polícia Militar objeto da pesquisa foi a classe dos Praças, compreendidos como SGT PM e SD PM, num universo de 45 policiais militares, que trabalham em três Companhias Independentes da periferia de Salvador. A grande maioria (78%) dos entrevistados pertence a graduação de Soldado PM.

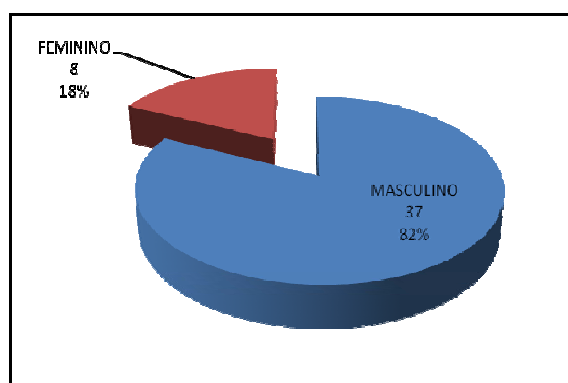
Figura 01 - Posição Hierárquica



Fonte: Pesquisa de Campo

Como o ingresso da mulher na Polícia Militar na categoria praça teve início após o decreto Governamental de número 2.509, de 12 de outubro de 1989, que criou a Companhia de Polícia Militar Feminina, a qual teve a sua primeira turma formada por 27 (vinte e sete) sargentos e 81 (oitenta e um) soldados, que trabalhavam no policiamento escolar, turismo, com mulheres, crianças e idosos, a predominância do sexo masculino ainda é significativamente maior, ou seja, 82% dos entrevistados.

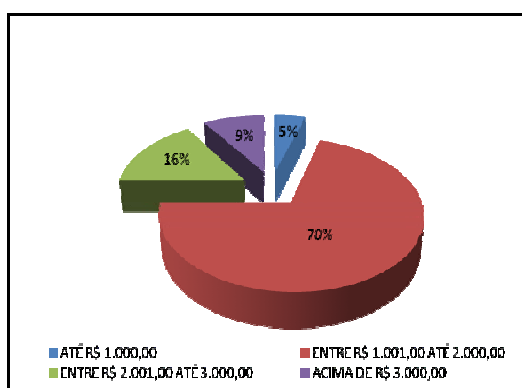
Figura 02 - Gênero (PMs)



Fonte: Pesquisa de Campo

Outro ponto importante da análise sócio-demográfica está o quesito renda. A remuneração de um soldado PM é de cerca de R\$ 1.700,00, com o bolsa auxílio, para os que conseguem realizar inscrição, passa para R\$ 2.100,00, salário mais elevado que o de um sargento PM, que é de R\$ 1.900,00.

Figura 03 – Renda Familiar (PMs)

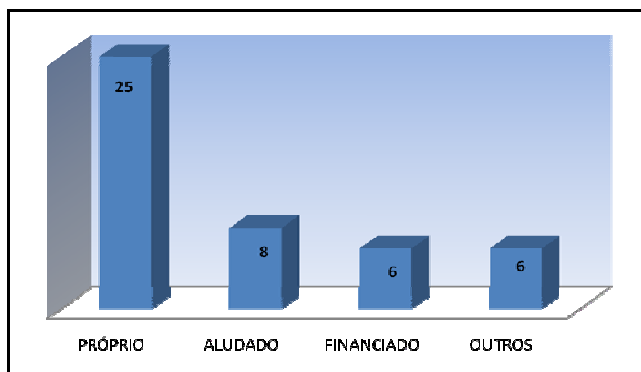


Fonte: Pesquisa de Campo

Quanto a situação de moradia dos PMs, a maioria (25%) dos entrevistados diz residir em domicílio próprio, seguidos por 8% que afirma residir em domicílio

alugado, 6% em domicílio financiado e outros 6% em situações diferentes de moradia. O direito à casa própria, situada em um bairro legalizado e devidamente policiado, é condição indispensável para a segurança dos policiais e de suas famílias, quesito importante nas políticas de segurança.

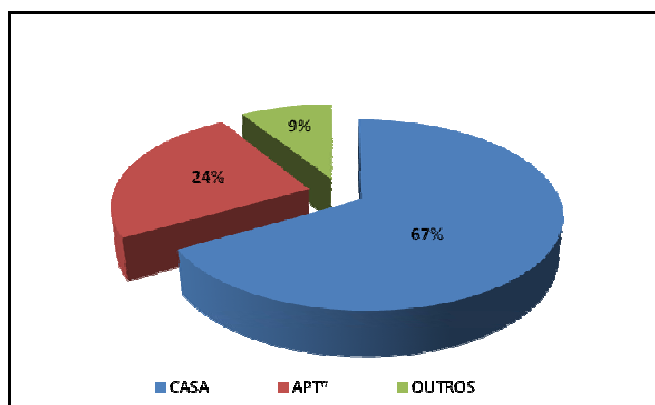
Figura 04 – Situação Domiciliar (PMs)



Fonte: Pesquisa de Campo

Nesse sentido a unidade habitacional casa predomina com (67%), seguida de apartamento (24%) e outros tipos de unidade habitacional com o menor percentual (9%).

Figura 05 – Unidade Habitacional (PMs)



Fonte: Pesquisa de Campo

5. O SIGNIFICADO DO TRABALHO: O PROCESSO DE ENTRADA, PERMANÊNCIA E SAÍDA DE POLICIAIS MILITARES DA PMBA.

Aproximadamente 800 profissionais deixam a corporação anualmente na Bahia, e a estimativa é crescente podendo chegar em cerca de 1000 à saída de integrantes. A redução do efetivo acontece por aposentadoria, dispensa,

irregularidades de conduta, invalidez ou morte, esse último aspecto é o que tem apresentado elevada preocupação, pois, o número de assassinatos de PMs, só até o mês de outubro de 2008, representou 2,5% do total da estimativa de baixas.

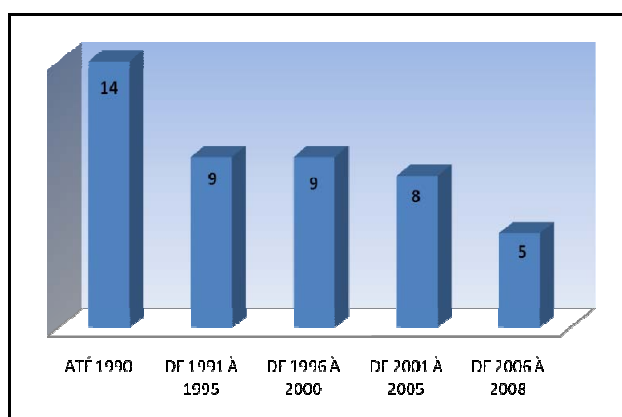
O servidor da segurança pública que não é estimulado e qualificado perde seu interesse profissional, cai na apatia e desconsidera a importância e significação da sua função, o que o faz buscar novas oportunidades em outras profissões.

As atividades policiais também determinam os limites da liberdade numa sociedade organizada, algo essencial para se determinar a reputação de um governo. Suas atividades são rotineiras demais, sua presença é disseminada demais e sua clientela é comum demais para compor o assunto de um grande drama. Ela não elabora regras sociais gerais, mas se dedica a problemas humanos de um modo muito particular. O destino das nações não depende claramente dos resultados de suas atividades. (BAYLEY, 2006, p. 17 e 18).

Esse fator mobilizou o Estado a disponibilizar concurso público para seleção de candidatos ao curso de formação de soldados e prevê o provimento de mais de 3,2 mil vagas. Dessa forma o Governo do Estado busca recompor o efetivo da PMBA. Dados indicadores mostram que nos últimos 10 (dez) anos a corporação registrou perda de 7 (sete) mil homens em decorrência de vários fatores de ordem eminentemente administrativa, ou seja, políticas que provoquem a vontade de permanecer na corporação, por ter oportunidades de crescimento e desenvolvimento profissional.

O ingresso de novos profissionais, em média aconteceu a cada cinco anos como mostra o gráfico:

Figura 06 – Ingresso na PM



Fonte: Pesquisa de Campo

Até o segundo semestre de 2010, quando estará terminando o período de formação dos policiais aprovados no novo processo seletivo, o quadro da polícia militar deverá conter com aproximadamente 6,4 mil homens, o que diminuirá a

defasagem acumulada. Resta observar até lá a previsão de aposentadorias, os pedidos de desligamento, as evasões dos cursos de formação que também são formas de redução do efetivo.

Diante da motivação externada pelos policiais militares quando do real motivo de ingresso na Corporação a grande maioria citou como principal motivo (31,12%) a garantia de trabalho, seguida pela estabilidade (26,67%) e identificação com a polícia (13,34%). A vocação foi o quarto ponto citado juntamente com o atendimento de aptidões e interesses e a possibilidade de estudo, todos com(8,88%), conforme a tabela a seguir:

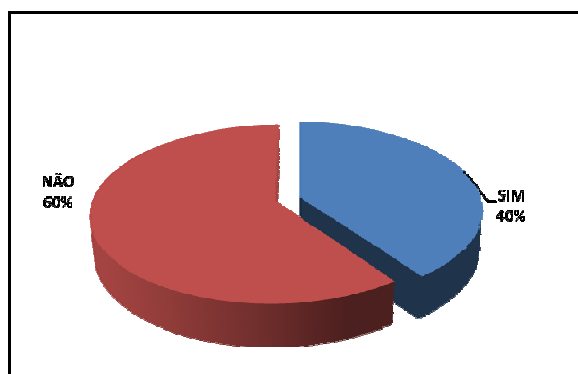
Tabela 04 – Real motivo de ingresso na PMBA

REAL MOTIVO DE INGRESSO NA PMBA	Nº Citações	Frequência
Mercado de trabalho garantido	14	31,12%
Atendimento de minhas aptidões e interesses	4	8,88%
Identificação com a Polícia	6	13,34%
Estabilidade	12	26,67%
Possibilidade de ganho financeiro considerável	1	2,23%
Vocação Profissional	4	8,88%
Possibilidade de estudo	4	8,88%
Base	45	100,00%

Fonte: Pesquisa de Campo

Quando perguntado em entrevista referente ao desejo de sair da Corporação o resultado foi o seguinte:

Figura 07 – Pretende sair da PM



Fonte: Pesquisa de Campo

O percentual (60%) que expressou o desejo de continuar trabalhando na PMBA lança outros tópicos para análise dessa resposta, referente à permanência na Corporação, pois a tropa é composta em sua maioria de profissionais que já possuem uma idade elevada e que não enxergam a possibilidade de oportunidade em outros setores da economia. O contrário, (40%) dos que pretendem deixar a Corporação enfocam que a Polícia Militar da Bahia não aproveita o seu capital intelectual e não reconhece os seus talentos.

O capital intelectual é intangível. É a soma do conhecimento de todos em uma empresa, o que lhe proporciona vantagem competitiva. É o conhecimento da força de trabalho: O treinamento, o know-how de trabalhadores que apresentam formas diversas para melhorias no desenvolvimento das atividades, a cooperação e o aprendizado compartilhado.

Dos policiais que pretendem sair da Corporação (61,11%) dizem que desejam uma melhor condição financeira e profissional. Os outros (27,78%) e (11,11%) citam respectivamente fatores de saída o não atendimento às aptidões pessoais e o não reconhecimento com pontos principais.

Tabela 05 – Pretensão de saída da PMBA

POR QUE PRETENDE SAIR DA PMBA	Nº Citações	Frequência
Melhor condição financeira e profissional	11	61,11%
Não atende às aptidões	5	27,78%
Não reconhecimento	2	11,11%
Base	18	100 %

Fonte: Pesquisa de Campo

Assim, é fundamental que os projetos construídos em prol segurança pública não se acabem por falta de efetivo policial na aplicação dessas ações. A própria Organização Policial Militar ao longo dos anos vem sofrendo com a ausência de pessoal para a montagem e distribuição do policiamento nas ruas das cidades.

Isso se deve a vários fatores, dentre os quais a mudança do perfil de seus profissionais, à insatisfação com as condições de trabalho que está diretamente ligado à qualidade de vida, à ausência de políticas no planejamento de carreira, plano de cargos e salários, promoções, etc. O tempo médio estipulado para a saída da PMBA foi de três anos como mostra a tabela 06.

Tabela 06 – Tempo de saída da PMBA

TEMPO MÉDIO PARA SAIR DA PMBA	Nº Citações	Frequência
Em 3,12 anos	18	100%
Base	18	100%

Fonte: Pesquisa de Campo

Já os que disseram não pretender sair da Corporação trazem o fator estabilidade (33,34%) como o ponto fundamental para não se desligar da atividade policial, seguido por vocação profissional (29,63%), mercado de trabalho difícil (22,22%) e o tempo de serviço (14,81%).

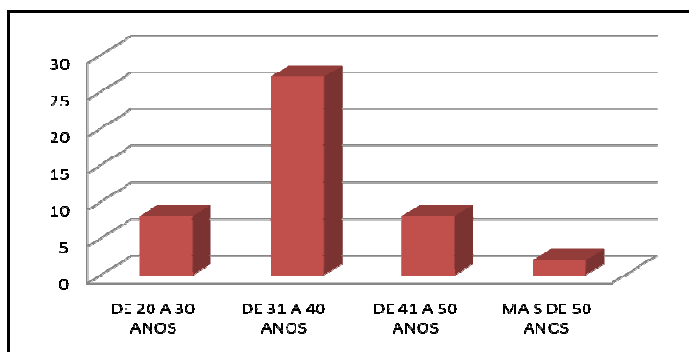
Tabela 07 – Não pretende sair da PMBA

POR QUE NÃO PRETENDE SAIR DA PMBA	Nº Citações	Frequência
Muito tempo de serviço	4	14,81%
Mercado de trabalho difícil	6	22,22%
Vocação Profissional	8	29,63%
Estabilidade	9	33,34%
Base	27	100%

Fonte: Pesquisa de Campo

O gráfico seguinte expressa a idade da tropa analisada, fator fundamental nas mudanças que se pretende, podendo ser de caráter positivo ou negativo. A média de idade dos policiais militares está entre 31 e 40 anos. Uma tropa relativamente madura para entender que as organizações, pressionadas por intensas mudanças em escala mundial, encontram-se em um processo acelerado e diferenciado de transformação de sua estrutura, formas de organização do trabalho e, em especial, estilos de gerenciar as relações sociais em seu interior. A tabela seguinte expressa o fator idade em detalhes.

Figura 08 – Idade dos PMs

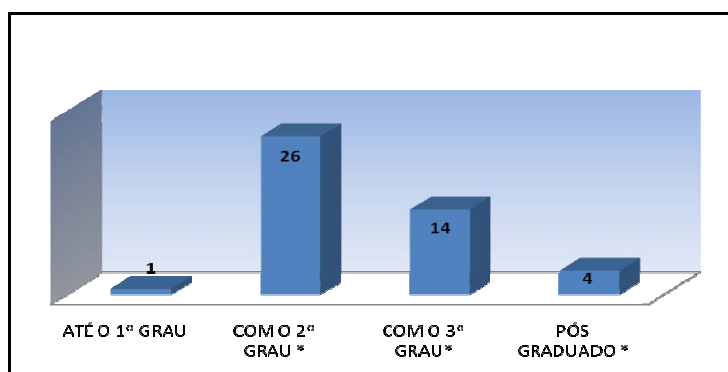


Fonte: Pesquisa de Campo

O segundo ponto de permanência encontrado entre os PMs foi o tópico escolaridade. O conhecimento é mais valioso e poderoso do que os recursos naturais, grandes indústrias ou polpudas contas bancárias, por isso tornou-se o componente mais importante da atividade do negócio. Em todos os setores as empresas bem sucedidas são as que têm as melhores informações ou as que as controlam de forma mais eficaz.

No caso da PMBA apenas a parte da hierarquia superior dispõe do benefício de realizar cursos, fazer intercâmbios e desenvolver as suas potencialidades, o que restringe significativamente a aplicação da eficiência e eficácia por parte da grande maioria, que tem, nas Academias, durante o processo de formação, o conhecimento restringido, dosado, apenas para exercer naquela função as atividades que são desenvolvidas por cada cargo na sua hierarquia.

Figura 09 – Escolaridade dos PMs



Fonte: Pesquisa de Campo

Os policiais militares em sua maioria possuem o 2º grau completo (o correspondente a 58%). O fator importante é o avanço do número de policiais que possuem nível superior. Nesse caso (31%) o 3º grau completo tem uma evidencia significativa. A pós-graduação (8,89%) é um outro ponto importante nessa discussão, pois, é o momento em que a Polícia Militar deve observar e preparar a sua estrutura para a manutenção dos novos conhecimentos.

O envolvimento ou comprometimento do trabalhador parece ser elemento crucial nas novas arquiteturas organizacionais emergentes, pois contribuem com seus conhecimentos, especialidades e habilidades, posicionando decisões e ações que dinamizam a organização.

Nos últimos anos, entre o final da década de 1990 e a segunda metade da década de 2000, foi possível observar que o número de candidatos-vaga inscritos

nos concursos para a Polícia Militar teve uma disputa muito acirrada e crescida acentuadamente. São candidatos oriundos do ensino médio (2º grau), ou ensino superior completo ou em andamento, que disputam, entre milhares de inscritos, uma vaga tanto para o curso de Soldado PM, como para a Academia de Polícia Militar.

Levando em consideração o citado pelos policiais militares referente a idade, escolaridade e tempo de serviço, a principal razão que os fazem permanecer na Corporação é o quesito estabilidade (48,9%), seguido pela vocação profissional (35,6%) e o tempo de serviço (15,5%) como mostra a pesquisa, através da tabela:

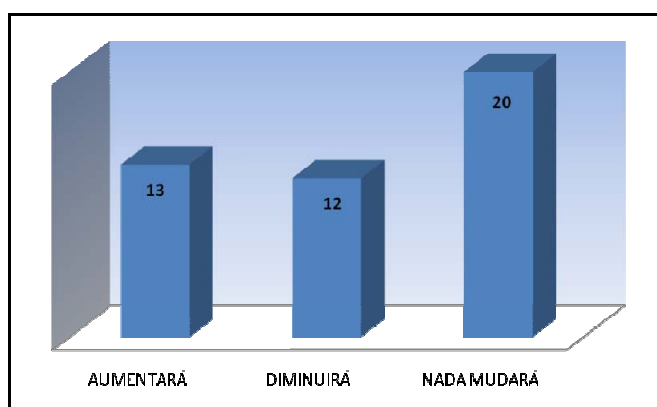
Tabela 08 – Permanecer no Trabalho Policial

QUAIS AS PRINCIPAIS RAZÕES QUE LEVAM VOCÊ A PERMANECER NO TRABALHO POLICIAL?	Nº Citações	Frequência
Estabilidade.	22	48,90%
Vocação profissional	16	35,60%
Tempo de Serviço	7	15,50%
Base	45	100%

Fonte: Pesquisa de Campo

O gráfico seguinte expressa a visão futura dos policiais militares sobre a cidade de Salvador quando perguntado sobre as mudanças em termos de segurança pública. Quase a metade dos entrevistados (44,44%) entende que nada mudará. A outra parte (28,88%) entende que na Capital a tendência em termos de segurança pública tende a se constituir de grandes mudanças. Um outro segmento (26,66%) entende que as mudanças serão diminutas.

Figura 10 – Escolaridade dos PMs



Fonte: Pesquisa de Campo

Isso porque a ação isolada, caracterizada, muitas vezes, pelo excesso de burocracia e pela má formação das diversas forças policiais, que há muito planeja uma integração ou até mesmo uma unificação, já não são suficientes, ainda mais quando se observa uma crescente redução do quadro da Polícia Militar da Bahia.

6. CONCLUSÃO

Os estudos que tem referência à segurança pública apresentam grande justificativa por ser uma questão essencial para toda sociedade que vive o drama da insegurança pública. As ações de segurança pública empreendidas nos últimos anos mostram a freqüente observação desse setor tanto pelo Poder Público, em todas as sua esferas de atuação, quanto pela sociedade.

Quando se fala em segurança pública para a sociedade observa-se, que este problema já não está fazendo parte somente dos organismos que combatem o crime, até porque esse delito, ao longo do tempo ganhou dimensões impressionantes. Nos dias atuais, a violência pode ser considerada um dos maiores problemas da sociedade. Seja qual for o seu tipo. Apenas a violência urbana e os crescentes índices de criminalidade não são componentes exclusivos do medo que intimida cada vez mais a população. Outros temores também fazem parte do cotidiano do povo brasileiro, que não consegue mais estabelecer um sentimento de segurança plena.

Segundo Costa, “entende-se a crise do Estado pela incapacidade do fazer o social, nos limites atuais da educação, da saúde e da segurança pública. A insegurança social, o medo, a criminalidade, a violência, enfim, expressam em si o grau da crise do Estado”.⁴¹

Analisar uma Instituição requer saber o seu comportamento em um ambiente, quais as oportunidades devem ser apresentadas e quais as ameaças que devem ser neutralizadas ou evitadas, principalmente no tocante ao pessoal. No caso da PMBA a principal questão é oportunidade para as diversas formações que possui em seus quadros.

Trata-se de um mapeamento para observar o que há na própria organização, é uma análise para verificação dos pontos fortes e fracos da instituição. É um levantamento das habilidades e capacidades da empresa que precisam ser

⁴¹ Ver em COSTA, Ivone Freire. **Polícia e Sociedade: Gestão de segurança pública, violência e controle social**. EDUFBA, p. 35, 2005.

plenamente aplicados e de seus pontos nevrálgicos que precisam ser corrigidos ou melhorados.

“Para liberar o capital humano que já existe na organização é preciso minimizar as tarefas irracionais, o trabalho burocrático, inútil, e as concepções internas. O local de trabalho taylorizado desperdiçou ativos humanos nessas atividades”.⁴²

O Estado não consegue mais se autogerir e todos esses problemas de ordem sociológica, em princípio, têm um fim específico na gestão da segurança pública, em que uma pequena parcela de investimento, sempre no aparato “bélico”, é destinada à manutenção de um dos direitos constitucionais do cidadão, que é a proteção da integridade física e moral. Ironicamente esta segurança pública, que ora tenta primeiramente se proteger, para a partir daí desenvolver a sua missão, passa por momentos difíceis, período que teve início na construção do Estado Brasileiro.

As políticas econômicas e sociais desenvolvidas pelos governantes, em toda história do Brasil, têm hoje uma consequência marcante, principalmente pela dificuldade de uma construção do entendimento associado à forma de gestão da demanda social.

Em 2000, através da Medida Provisória nº 2029, foi editado o Plano Nacional de Segurança Pública. Dentre as 124 medidas, destaca-se a preocupação com o engajamento de toda a sociedade na luta pela diminuição da violência, fazer um estudo histórico acerca das causas principais dessa problemática, e nesse contexto definir prioridades através de novas estratégias para conhecer e estudar o sistema constituindo o primeiro passo, para tanto, revelam-se primordiais a participação nos programas de policiamento comunitário, que estreitam as relações entre a polícia e a comunidade e incentivam uma política de segurança preventiva, principalmente quando os problemas locais, que são a base para a iniciação desse estudo, podem ajudar no que seria alterar as condições propícias imediatas que estão diretamente ligadas à prática delituosa.

Esses aspectos compõem uma nova forma estrutural das forças de Segurança, e como problemas, as polícias têm que diminuir as taxas de criminalidade e violência, o que afeta a própria organização ao se deparar com os afastamentos por vários motivos (aposentadorias, óbitos, demissão, deserção, envolvimento com o crime, drogas), a crise de legitimidade, a segurança do cidadão, o crime organizado, dentre outras.

⁴² STEWART, Thomas A. **Capital Intelectual: A nova vantagem competitiva das empresas**, p. 78. Campus.

Para alcançar todo seu potencial de realizações, a organização Polícia Militar precisa aproveitar as diversas pessoas adequadas disponíveis para o trabalho a ser realizado e esse aspecto requer repensar a organização e oportunizar os que desejam efetivamente contribuir para o desenvolvimento social, político e econômico de uma sociedade e para a busca do padrão de excelência da própria Instituição.

REFERÊNCIAS

ANGHER, Anne Joyce. **VADE MECUM: Acadêmico de Direito**. São Paulo: Riddel. 3ª Ed.2006. p.73.

ARAÚJO, Oséas Moreira. **Notícias sobre a Polícia Militar da Bahia no século XIX**. Salvador: Polícia Militar da Bahia, 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2000.

BAYLEY, David H. Vol. 1 – **Padrões de Policiamento: Uma Análise Comparativa Internacional**. 2ª Edição, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Nova Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. 5ª Reimpressão.

CD Salvador **Enciclopédias da Cidade**. Disponível em <www.portalliberdade.com/site/aliberdade.asp> acesso em 30.07.2009.

COSTA, Ivone Freire. **Polícia e Sociedade: Gestão de segurança pública, violência e controle social**. EDUFBA, 2005.

DUTRA, Joel Souza. **Gestão de Pessoas; modelo, processos, tendências e perspectivas**. São Paulo, Atlas, 2000.

ESTATUTO DOS POLICIAIS MILITARES DO ESTADO DA BAHIA. Lei nº 7.990 de 27 de Dezembro de 2001. 2ª Edição Atualizada. 2008. Org. Deputado Capitão Tadeu Fernandes.

ETZIONI, Amitai. **Organizações Complexas**. São Paulo. Atlas, 1978.

FERREIRA, Eduardo L. C.; **SANTOS**, Claudecy V.; **LEMOS**, Marcos A. **A Violência e a Criminalidade no Bairro da Paz: A Problemática da Gestão Integrada Atual**. Revista da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública – Bahia/Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia – EAUFBFA. Vol 01, n. 01 (jun. 2007) – Salvador – EAUFBFA, RENAESP, 2007, p.128-129.

FERREIRA, Inês Costa Barbosa. & **PENNA**, Nelba Azevedo. **Território da violência: Um olhar geográfico sobre a violência urbana**. GEOUSP–Espaço e Tempo, São Paulo, nº 18, 2005. Disponível em <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/geousp/Geousp18/Artigo11_Ignez%20e%20Elba.pdf> Acesso em 03/06/2009.

FERREIRA, Nilton José Costa. **Polícia, política, Justiça, Corrupção e Criminalidade**. Bureau, 2009.

GREENE, Jack R. **Administração do Trabalho Policial: Questões e Análises**. 1ª Edição, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.

JARDILLIER, Pierre. **Gestão Provisional do Pessoal**. Lisboa: Pórtico, 1973.

JUSBRASIL. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/noticias/1604694/bahia-enfrenta-criminalidade-com-territorio-de-paz>>, acesso em 01/08/2009.

MORGAN, Garreth. **Imagens da Organização**. São Paulo. Atlas, 1996.

PROJETO SEGURANÇA PÚBLICA PARA O BRASIL: **PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA**. Ministério da Justiça. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/senasp/biblioteca/Bibliota_pnsp.htm> Acesso em 25 de junho de 2009.

SANTA'ANNA, Anderson de Souza. **Profissionais modernos, empresas arcaicas?** GV Executivo. V. 7, n. 1 (Jan./Fev. 2008). São Paulo: FGV-EAESP.

SANTOS, Reginaldo Souza e COSTA. Ivone Freire. **Segurança Pública em Debate. Problemas e perspectivas**. Salvador. EDUFBA, 1977.

SOARES, Luís Eduardo. **Novas Políticas de Segurança Pública**. Alguns exemplos recentes. Jus Navigante, Teresina, ano 7, n. 65, maio de 2003. Disponível em <<http://www.jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=4096>>. Acesso em 29 de julho de 2008.

STEWART, Thomas A. **Capital Intelectual: A nova vantagem competitiva das empresas**, 8 ed. Campus. Rio de Janeiro.

TONRY, Michael; MORRIS, Norval. **Policiamento Moderno**. Coleção Polícia e Sociedade. São Paulo. Edusp. 2001.



INGRESSO, PERMANÊNCIA E SAÍDA: ANÁLISE SOBRE PROCESSO DE TRABALHO POLICIAL

Esta pesquisa pretende conhecer as condições de permanência e afastamento de policiais militares da PMBA que trabalham em três bairros populares da cidade do Salvador, considerados os mais violentos, a saber, o bairro da Paz, Liberdade e Tancredo Neves. Esta pesquisa será utilizada como parte do Artigo da Pós-Graduação em Políticas e Gestão em Segurança Pública à Universidade Federal da Bahia. Seus resultados serão divulgados em revistas científicas. Pesquisadores responsáveis: **André Luiz Sacramento da Silva. Patrícia Gomes Rosas. Sérgio Antônio Cruz Silva.** Universidade Federal da Bahia/ Escola de Administração/ Núcleo de Pós-Graduação em Administração/ UFBA/EA/NPGA/ Ano: 2009. **Não é necessário identificação.**

PARTE I – CARACTERIZAÇÃO

1. Sexo

1. Masculino

2. Feminino

Idade: (____).

2. Unidade Habitacional:

1. casa

2. apartamento

3. outros

3. Situação do domicílio:

1. Próprio

2. Alugado

3. Em financiamento

4. Outros

4. Renda Familiar:

5. Escolaridade:

() – 1º Grau Completo

() – 2º Grau Incompleto

() – 2º Grau Completo:

Curso: _____

() – 3º Grau Incompleto:

Curso: _____

() – 3º Grau Completo:

Curso: _____

Pós-Graduação:

() – Especialização: Curso:

() – Mestrado: Curso:

() – Doutorado: Curso

() – Outros: Curso

6. Data de ingresso na PMBA: ____/____/____

PARTE II – EXPRESSÕES SOBRE O TRABALHO POLICIAL

9. Posição que ocupa na estrutura hierarquica do trabalho policial:

1. PRAÇA: Sargento (PM)

2. Soldado (PM)

10. Qual foi o real motivo de ingresso na PMBA?

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Mercado de trabalho garantido | <input type="checkbox"/> Possibilidade de Estudo |
| <input type="checkbox"/> Atendimento de minhas aptidões e interesses | <input type="checkbox"/> Realização de exercício profissional |
| <input type="checkbox"/> Possibilidade de ganho financeiro considerável | <input type="checkbox"/> Prestígio social da profissão |
| <input type="checkbox"/> identificação com a Policia | <input type="checkbox"/> Vocação Profissional |
| <input type="checkbox"/> Possibilidade de carreira profissional | <input type="checkbox"/> Estabilidade |

Outro

Especifique: _____

11. Quais as principais razões que levam você a permanecer no trabalho policial ?

12. Você pretende sair da PMBA?

1. Sim 2. Não

12.1 Por que sim?

12.2 Por que não?

13. Caso positivo, daqui a quanto tempo você pretende sair?

14. Pensando no futuro, como você vê as mudanças em termos de segurança na cidade do Salvador?

1. aumentar 2. diminuir 3. nenhuma mudança

15. E, aqui na área de seu trabalho como você vê as mudanças em termos de segurança pública?

16. Observações complementares do ENTREVISTADOR. (opcional) Indicar aspectos do ambiente e condições da entrevista

